
Luz de Belém SPE S.A

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Luz de Belém SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Luz de Belém SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia



Luz de Belém SPE S.A.

de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 03 de maio de 2024.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2PR008333/F-8

Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2023	31/12/2022		Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		23.735	10.072	Circulante		29.592	19.315
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.585	35	Fornecedores	15	15.059	5.765
Contas a receber de clientes	5	5.832	8.717	Passivo de arrendamento	14	13.683	12.344
Ativo de contrato de concessão	6	1.190	-	Salários e encargos sociais a pagar		383	216
Ativos destinados à aplic. concessões e serviços	7	3.230	306	Encargos tributários a pagar	16	467	989
Impostos a recuperar	8	1.840	940	Demais contas a pagar		-	1
Adiantamentos a fornecedores	9	4.020	11				
Outros créditos		38	63				
Não circulante		57.210	79.961	Não circulante		20.681	26.705
Ativo de contrato de concessão	6	3.310	885	Passivo de arrendamento	14	20.448	23.672
Partes relacionadas	10	8.231	34.937	PIS e COFINS diferidos	17	26	-
Impostos a recuperar	8	325	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	95	2.963
Outros ativos não circulantes		34	33	Provisão para contingências	18	112	70
Imobilizado	11	219	258	Patrimônio líquido		30.672	44.013
Intangível	12	3.239	3.524	Capital social	19.1	48.211	48.211
Direito de Uso	13	41.852	40.324	Prejuízos acumulados	19.2	(17.539)	(4.198)
Total do ativo		80.945	90.033	Total do passivo e patrimônio líquido		80.945	90.033

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	20	28.781	18.156
Custos dos serviços prestados	21	(39.224)	(15.470)
Lucro (prejuízo) bruto		(10.443)	2.686
Receitas (despesas) operacionais		(2.090)	(2.165)
Despesas gerais e administrativas	22	(2.343)	(2.037)
Despesas comerciais		(86)	(35)
Outras receitas (despesas) operacionais		339	(93)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		(12.533)	521
Resultado financeiro		(3.675)	(769)
Despesas financeiras	23	(3.720)	(770)
Receitas financeiras	23	45	1
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(16.208)	(248)
Imposto de renda e contribuição social		2.867	(2.963)
Diferido		2.867	(2.963)
Prejuízo do exercício		(13.341)	(3.211)
Lucro (prejuízo) por ação - Reais	24	(0,2767)	(0,0666)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo do exercício	(13.341)	(3.211)
Total dos resultados abrangentes	<u>(13.341)</u>	<u>(3.211)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2022	48.211	(987)	47.224
Prejuízo do exercício	-	(3.211)	(3.211)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>48.211</u>	<u>(4.198)</u>	<u>44.013</u>
Prejuízo do exercício	-	(13.341)	(13.341)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>48.211</u>	<u>(17.539)</u>	<u>30.672</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do período	(13.341)	(3.211)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício as atividades operacionais		
Depreciação e amortização	333	66
Amortização de direito de uso	5.718	1.252
Provisão para contingências	42	70
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	3.423	845
Juros e atualização monetária sobre ativo de contrato	(395)	-
Impostos diferidos	(121)	2.963
(Aumento)/redução nos ativos		
Adiantamentos e demais contas a receber	(4.033)	(6.653)
Ativos destinados a aplicação na concessão	(2.925)	(306)
Créditos Tributários	(1.225)	(901)
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	9.294	3.685
Encargos tributários a pagar e diferidos	(143)	-
Salários e encargos sociais a pagar	167	1.185
Demais contas a pagar	1	1
	<u>(3.205)</u>	<u>(1.004)</u>
Juros pagos sobre passivo de arrendamento	(3.422)	(752)
Caixa líquido aplicado nas Atividades Operacionais	<u>(3.205)</u>	<u>(1.756)</u>
Aquisição do ativo imobilizado e intangível	(9)	(250)
Adiantamento de arrendamento mercantil	-	(4.000)
Aquisição de ativo de contrato	(4.560)	(885)
Recebimento do ativo de contrato	1.340	-
Caixa líquido aplicado nas Atividades de investimento	<u>(3.229)</u>	<u>(5.135)</u>
Terceiros		
Pagamento de arrendamentos mercantis	(12.722)	(1.697)
Acionistas		
Integralização de capital	-	-
Partes relacionadas	26.706	8.599
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>13.984</u>	<u>6.902</u>
Aumento líquido no saldo de caixa	<u>7.550</u>	<u>11</u>
Caixa e equivalente de caixa		
Composição de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	35	24
Composição de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.585	35
Aumento líquido no saldo de caixa	<u>7.550</u>	<u>11</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Luz de Belém SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de propósito específico de capital fechado, tem por objetivo exclusivamente, a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Belém capital do Estado do Pará, bem como instituir processos para responsabilidade do consumo de energia de iluminação pública, nos termos da concorrência nº 005/2020, instruída pelo processo administrativo nº 8082/2019, que tem por objeto a outorga de Parceria Público Privada (“PPP”) na modalidade concessão administrativa (“Concessão Administrativa”). Constituída em 25 de fevereiro de 2021, tem sede e foro na avenida Dr. Freitas, nº 764, Bairro Pedreira, CEP 66.087-810, na cidade de Belém, estado do Pará. O contrato de concessão administrativa foi assinado em 22/03/2021 e terá prazo de 13 anos a contar da assinatura da ordem de serviço que foi em 11 de maio de 2022.

Foi impetrado mandado de segurança pela Proteres, 2º colocado no processo concorrencial, em desfavor da Conasa Infraestrutura, líder do consórcio vencedor da licitação integrado pela Companhia, em trâmite na 1ª vara dos feitos da fazenda pública de Belém/PA, com deferimento do pedido de tutela para suspensão do processo licitatório nº 8082/19 da concorrência pública nº 005/2020. No TJ/PA, o consórcio suspendeu os efeitos da decisão com o pedido de tutela nos autos do agravo de instrumento.

Em 30/05/2022, foi publicada a sentença de mérito de improcedência da ação. Em 03/06/2022, a Conecta Belém, uma das impetrantes, ofereceu Embargos Declaratórios, que ainda estão pendentes de julgamento. A probabilidade de perda, segundo os advogados patrocinadores é remota, porém, ainda cabe recurso de Apelação para a 2ª Instância. Não há processo administrativo que verse sobre a concessão, conseqüentemente o risco é ínfimo.

A Comissão de Licitação e o Tribunal de Contas do Estado do Pará analisou todo o processo e a Administração entendeu que o pedido da Proteres era improcedente e o processo foi transitado em julgado em 13 de maio de 2023. A ordem de serviço do contrato de eficientização foi assinada em 11 de maio de 2022.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encerrou seu capital circulante líquido negativo em R\$ 5.857 (R\$ 9.243 em 31 de dezembro de 2022), como já era previsto neste período de contrato de manutenção, porém os acionistas vêm apoiando nestes primeiros anos de contrato para que a Companhia cumpra o plano de negócio. Durante o exercício de 2023 a Administração conseguiu manter seus fornecedores em dia e cumpriu com as obrigações contratuais, dentro de um equilíbrio entre capital próprio e capital de terceiros. Com o início do ciclo de investimentos que iniciou em 1º de fevereiro de 2023, a Administração prevê que o fluxo de caixa operacional futuro será suficiente para a liquidação do passivo circulante.

1.1. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras em 03 de maio de 2024.

1.2. Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 11 de abril de 2023, a Companhia divulgou originalmente suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Posteriormente à referida divulgação, a administração identificou certos erros nas notas explicativas às demonstrações financeiras referente a ausência de reconhecimento de tributos diferidos passivos,.

Dessa forma, a Companhia decidiu pela reapresentação de suas as demonstrações financeiras como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo demonstramos o resumo dos ajustes efetuados:

	31 de dezembro de 2022		
	<u>Original</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Reapresentado</u>
Balanco patrimonial			
Ativo			
Circulante	10.072	-	10.072
Não circulante	79.961	-	79.961
Total do ativo	<u>90.033</u>	<u>-</u>	<u>90.033</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	19.315	-	19.315
Não circulante	23.742	2.963	26.705
Patrimônio líquido	46.976	(2.963)	19.315
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>90.033</u>	<u>-</u>	<u>65.335</u>

	31 de dezembro de 2022		
	<u>Original</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Reapresentado</u>
Receita	18.156		18.156
Custos	(15.470)		(15.470)
Despesas	(2.934)		(2.934)
Impostos sobre o lucro	-	(2.963)	(2.963)
	(248)	(2.963)	(3.211)

	Originalmente	Ajuste	Reapresentado
	Apresentado		31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Imposto de renda diferido	-	2.178	2.178
Contribuição social diferido	-	785	785
	<u>-</u>	<u>2.963</u>	<u>2.963</u>

2. Apresentação das demonstrações financeiras:

2.1. A declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.4. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todas as demonstrações financeiras anuais da Companhia.

2.5. Ativos e passivos financeiros

2.5.1. Ativo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria de mensuração:

- ***Mensurados ao custo amortizado.***

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

2.5.2. Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.5.3. Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.5.4. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.5.5. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.5.6. Ativo circulante e não circulante

2.5.6.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDBs e aplicações compromissadas, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.5.6.2. Ativo de contrato de concessão

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como “Ativo de contrato”, quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo de contrato do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento,

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público.

O ativo de contrato de concessão é mensurado ao custo amortizado. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato – TRAC por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

O saldo do ativo de contrato de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAC da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da Contraprestação pecuniária (receita anual) que deve remunerar a infraestrutura.

A contraprestação pecuniária prevista no contrato de PPP – Parceria Público Privada (receita anual) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema e não depende da utilização da infraestrutura. Portanto, não existe risco de demanda. Excepcionalmente, a “receita anual” (fluxo de caixa) pode ser reduzida anualmente em decorrência de indisponibilidade dos sistemas (performance).

A parcela de remuneração do ativo de contrato de concessão deve ser apresentada na demonstração do resultado de forma consistente e deve ser apresentada entre as receitas da operação.

2.5.6.3. Imobilizado

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

2.5.6.4. Perda no valor recuperável (impairment)

Na data de cada encerramento anual das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*).

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5.6.5. Direito de uso e passivo de arrendamentos

Os contratos de arrendamentos são registrados no ativo denominado Direito de Uso, que é o correspondente àquele que representa a transferência ao direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento; o passivo gerado em contrapartida representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade denominado passivo de arrendamentos, com exceção dos casos de arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses) ou de arrendamentos de baixo valor, conforme CPC 06.

2.5.7. Passivo circulante e não circulante

2.5.7.1. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

2.5.8. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

Receitas: A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Resultado por Ação: De acordo com o CPC 41 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

exercício, mais a quantidade média ponderada que disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

2.5.9. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As principais premissas e julgamentos relativos a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- a) Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, ou parceria público privada, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo de contrato, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia
- b) Receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

3. Mudanças em políticas contábeis

3.1. As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023

- **Alteração ao CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O “IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements”, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.
- **Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- **Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

- **Alteração ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois.

Essas alterações não geraram impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3.2. As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- **Alteração ao IFRS 16 – “Arrendamentos”:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“sale and leaseback”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.
- **Alterações ao IAS 7 “Demonstração dos Fluxos de Caixa” e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“supplier finance arrangements – SFAs”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3.3. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	35
Aplicações financeiras (*)	7.579	-
	<u>7.585</u>	<u>35</u>

- a) As aplicações financeiras de modalidade renda fixa são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. No período findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração média das aplicações financeiras todas da modalidade CDB (Cédula de Crédito Bancário, equivale a 101% do CDI. Em decorrência da equalização dos fluxos de caixa da Companhia, a administração decidiu por aplicar o saldo de caixa em aplicações financeiras de curto prazo.

5. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Clientes a faturar - Prefeitura de Belém-PA	5.832	8.717
	<u>5.832</u>	<u>8.717</u>

Refere-se a serviços prestados à Prefeitura de Belém referente a manutenção no parque de iluminação pública da cidade de Belém-PR.

A Companhia não registra perdas de créditos de liquidação duvidosa, uma vez que o contrato com o poder concedente permite que seja realizada a medição dentro do mês e faturado e pago no mês seguinte.

6. Ativo de contrato

O ativo de contrato de concessão é constituído com a execução dos investimentos previstos nos contratos de concessão. Posteriormente, o ativo de contrato é atualizado pela Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato ("TRAC") e amortizado pelo recebimento de contraprestações. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a TRAC por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

São classificados em curto e longo prazo de acordo com as contraprestações a serem recebidas durante a vigência da concessão. O ciclo de investimentos iniciou em 1º de fevereiro de 2023,.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.1. Movimentação do ativo de contrato de concessão

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	885	-
Adições (receita de construção)	4.560	885
Juros e atualização financeira	395	-
Recebimento através da CIP (*)	(1.340)	-
Saldo final	4.500	885
TRAC (**)	11,12%	11,12%
Circulante	1.190	-
Não circulante	3.310	885

(*) Contribuição de iluminação pública.

(**) Taxa de retorno do ativo de contrato.

6.5. Serviços de construção

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de construção	4.560	885
Custos de construção	(4.560)	(885)

7. Ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços

Os estoques são ativos destinados à aplicação no contrato de parceria público privado com o Município de Belém-PA, conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Postes e acessórios	1.012	-
Fios e cabos	217	11
Lâmpadas e luminárias	683	77
Reatores e relês	118	163
Ferramentas e acessórios	361	1
Outros materiais para manutenção	839	54
	3.230	306

Os respectivos ativos estão avaliados ao custo médio de aquisição. A Administração possui procedimentos de análise tempestiva de riscos de perda desses ativos e avaliou que os valores estão registrados pelo valor de custo ou mercado, dos dois o menor. A administração da Companhia avaliou não ser necessária a constituição de provisão para obsolescência desses ativos.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
PIS a recuperar	218	138
COFINS a recuperar	1.005	635
IRRF a recuperar sobre serviços prestados	285	123
IRRF a recuperar sobre aplicação financeira	1	38
INSS a recuperar	331	6
	<u>1.840</u>	<u>940</u>
Não circulante		
PIS a recuperar	58	-
COFINS a recuperar	267	-
	<u>325</u>	<u>-</u>
Total de impostos a recuperar	<u>2.165</u>	<u>940</u>

9. Adiantamento a fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Stylux Brasil Smart Energy (a)	4.000	-
Outros fornecedores	20	11
	<u>4.020</u>	<u>11</u>

(a) Refere-se ao pagamento de caução sobre o contrato de locação de luminárias com a empresa Stylux Brasil Smart Energy, onde este adiantamento pode ser subtraído do preço residual da opção de compra durante a vigência do contato. Este saldo foi reclassificado de direito de uso, conforme nota 13.

10. Partes relacionadas

	31/12/2023	31/12/2022
Não circulante		
Conasa Infraestrutura S.A	871	25.772
Ello Serviços Obras e Participações	7.360	9.165
Total de partes relacionadas	<u>8.231</u>	<u>34.937</u>

Em virtude do atraso na assinatura do contrato, bem como a não realização do início das obras, a Companhia decidiu por firmar contrato de mútuo com seus acionistas, os quais não serão cobrados juros remuneratórios e seu vencimento se dará em 31 de dezembro de 2024, momento em que se encerra o maior ciclo de investimentos do contrato de concessão. Os dois acionistas amortizaram uma grande parte dos contratos durante o exercício de 2023.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

	(%) Taxa média de depreciação ao ano	31/12/2023			31/12/2022
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	7	(1)	6	7
Móveis e utensílios	10	87	(12)	75	79
Computadores e periféricos	20	195	(57)	138	172
		289	(70)	219	258

11.1. Movimentação

	31/12/2023			
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Líquido
Imobilizado				
Máquinas e equipamentos	7	-	(1)	6
Móveis e utensílios	79	4	(8)	75
Computadores e periféricos	172	5	(39)	138
Total do imobilizado	258	9	(48)	219

	31/12/2022			
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Líquido
Imobilizado				
Máquinas e equipamentos	-	7	-	7
Móveis e utensílios	10	73	(4)	79
Computadores e periféricos	17	170	(15)	172
Total do imobilizado	27	250	(19)	258

A Administração não identificou indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda foi reconhecida no encerramento das demonstrações financeiras.

12. Intangível

	(%) Taxa média de amortização	31/12/2023			31/12/2022
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Software e redes	20%	7	(2)	5	7
Projetos e estudos	7,94%	3.564	(330)	3.234	3.517
		3.571	(332)	3.239	3.524

(*) O saldo de projetos e estudos refere-se a estudos de viabilidade do projeto realizados pelo Caixa Econômica Federal, contratada pela prefeitura de Belém-PA e que seria de responsabilidade do vencedor da licitação, conforme previsto no edital. Essas despesas antecipadas com o pagamento do projeto serão amortizadas linearmente até o final do contrato de PPP.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.1. Movimentação

	31/12/2023			
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Líquido
Intangível				
Software e redes	7	-	(2)	5
Projetos e estudos	3.517	-	(283)	3.234
Total do imobilizado	3.524	-	(285)	3.239

	31/12/2022			
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Líquido
Intangível				
Software e redes	7	-	-	7
Projetos e estudos	3.564	-	(47)	3.517
Total do imobilizado	3.571	-	(47)	3.524

13. Direito de uso

	Taxa amortização	31/12/2023		31/12/2022	
		Direito de Uso	Amortização	Líquido	
Arrendamentos - Luminárias (a)	20,0%	38.170	(6.479)	31.691	35.702
Adiantamentos - Luminárias (b)	-	-	-	-	4.000
Arrendamentos - Sistema Telegestão (c)	20,0%	10.008	(334)	9.674	-
Outros arrendamentos	16,6%	1.501	(1.014)	487	622
		49.679	(7.827)	41.852	40.324

- a) Refere-se ao contrato de arrendamento mercantil realizado com a empresa Stylux do Brasil Sistemas de Iluminação e Energia S.A referente a luminárias para o parque de iluminação pública da cidade de Belém-PR.
- b) Conforme previsto em contrato junto a Styluz do Brasil, foi realizado adiantamento na assinatura do contrato. Assim como está no contato, este valor refere-se a opção de compra, durante o período do contato de locação, ou seja, é uma garantia de opção de compra ou caução, desta forma a Administração decidiu reclassificar para adiantamento, conforme nota 9.
- c) Refere-se ao contrato de telegestão das luminárias junto a empresa Stysmart Gestão em Tecnologia o qual dará suporte para sua integração com o sistema de gestão de iluminação pública no contrato com a Prefeitura de Belém-PA.

13.1. Movimentação

	2023				
	Saldo em 31/12/2022	Novos Contratos	Remensuração/ Reclassificação	Amortização	Líquido
Direito de uso					
Arrendamentos - Luminárias (a)	35.702	-	1.237	(5.249)	31.690
Adiantamentos - Luminárias (b)	4.000	-	(4.000)	-	-
Arrendamentos - Sistema de Telegestão (c)	-	10.008	-	(334)	9.674
Outros arrendamentos mercantis (d)	622	-	-	(135)	487
Total do Ativo Intangível	40.324	10.008	(2.763)	(5.718)	41.851

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022				
	Saldo em				
Direito de uso	31/12/2021	Novos Contratos	Baixas	Amortização	Líquido
Arrendamentos - Luminárias (a)	-	36.933	-	(1.231)	35.702
Adiantamentos - Luminárias (b)	-	4.000	-	-	4.000
Outros arrendamentos mercantis	765	736	(858)	(21)	622
Total do Ativo Intangível	765	41.669	(858)	(1.252)	40.324

14. Passivo de arrendamento

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Arrendamento - Luminárias (a)	9.370	12.291
Arrendamento - Sistema de Telegestão (b)	4.186	-
Outros arrendamentos	127	53
	13.683	12.344
Passivo não circulante		
Arrendamento - Luminárias (a)	14.955	23.095
Arrendamento - Sistema de Telegestão (b)	5.093	-
Outros arrendamentos	400	577
	20.448	23.672
Total de passivo de arrendamentos	34.131	36.016

- a) Refere-se ao contrato de arrendamento mercantil realizado com a empresa Stylux do Brasil Sistemas de Iluminação e Energia S.A referente a luminárias para o parque de iluminação pública da cidade de Belém-PA.
- b)) Refere-se ao contrato de telegestão das luminárias junto a empresa Stysmart Gestão em Tecnologia o qual dará suporte para sua integração com o sistema de gestão de iluminação pública no contrato com a Prefeitura de Belém-PA.

14.1. Movimentação:

	31/12/2023					Líquido em 31/12/2023
	Líquido em 31/12/2022	Novos Contratos	Juros apropriados	(-) Pagamento de principal	(-) Pagamento de juros	
Passivo de arrendamentos						
Arrendamento - Luminárias	35.386	828	3.210	(11.890)	(3.209)	24.325
Arrendamento - Telegestão	-	10.008	151	(729)	(151)	9.279
Outros arrendamentos	630	-	62	(103)	(62)	527
Total do passivo de arrendamentos	36.016	10.836	3.423	(12.722)	(3.422)	34.131

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022						Líquido em 31/12/2022
	Líquido em 31/12/2021	Novos Contratos	Juros apropriados	(-) Pagamento de principal	(-) Pagamento de juros	(-) Baixas	
Passivo de arrendamentos							
Arrendamento - Luminárias	-	36.933	664	(1.547)	(664)	-	35.386
Arrendamento - Galpão antigo	848	-	169	(136)	(76)	(805)	-
Arrendamento - Novo Galpão	-	644	12	(14)	(12)	-	630
Total do passivo de arrendamentos	848	644	181	(150)	(88)	(805)	630

15. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de materiais	4.126	638
Fornecedores de serviços	1.238	511
Fornecedores - Contratos a realizar (a)	7.502	3.607
	12.866	4.756
Fornecedores - Partes relacionadas		
Urbeluz Energética S.A. (b)	2.193	1.009
Total de Fornecedores	15.059	5.765

(a) A Companhia firmou contrato com empreiteiro RAAG Belém Instalações Elétricas para realização da aplicação de luminárias, assim como para a manutenção do parque de iluminação da cidade de Belém, conforme 1º termos aditivo de contrato com a Prefeitura.

(b) A Companhia firmou contrato com empreiteiro parte relacionada Urbeluz Energética para realização da manutenção do parque de iluminação da cidade de Belém, conforme 1º termos aditivo de contrato com a Prefeitura.

16. Encargos tributários a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
PIS a recolher	-	144
COFINS a recolher	-	662
ISS retido na fonte	455	140
INSS retido na fonte	12	43
	467	989

17. Imposto Diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS diferidos		
PIS diferido	5	-
COFINS diferido	21	-
	26	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	69	2.178
Contribuição social diferido	26	785
	95	2.963

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os impostos diferidos são referentes a receita sobre obras realizadas e reconhecidas através dos boletins de medições.

18. Provisão para contingências

Processos com probabilidade de perda provável e possível

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para tributos sobre serviços prestados continuados, onde a perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

Composição por probabilidade de perda:

Probabilidade de Perda	Tributárias	
	31/12/2023	31/12/2022
Provável	112	70

A Companhia não possui processos com probabilidade de perdas possíveis.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 48.211, representado por 48.211.063 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizada, com valor nominal de R\$ 1 (um real) cada.

Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Número de ações	Valor	%	Número de ações	Valor	%
Conasa Infraestrutura S.A.	36.158.297	36.158	75%	36.158.297	36.158	75%
Ello Serviços, Obras e Participações Ltda	12.052.766	12.053	25%	12.052.766	12.053	25%
	48.211.063	48.211	100%	48.211.063	48.211	100%

19.2. Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia, obteve prejuízos acumulados no valor de R\$ 13.342 mantendo saldo de R\$ 17.539 (R\$ 4.197 em 31 de dezembro de 2022) de prejuízos acumulados.

20. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	25.208	18.380
Receita de Construção	4.560	885
Remuneração do ativo de contrato	395	-
Impostos e contribuições	(1.382)	(1.109)
	28.781	18.156

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Custos sobre os serviços prestados

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo com materiais aplicados	(17.359)	(7.578)
Custo com pessoal	(2.236)	(978)
Custo com serviços de terceiros	(1.960)	(396)
Serviços de manutenção	(7.122)	(4.280)
Custo de construção	(4.560)	(885)
Depreciação e amortização	(5.987)	(1.353)
	<u>(39.224)</u>	<u>(15.470)</u>

22. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas com pessoal	(316)	(163)
Despesas com honorários consultorias	(954)	(986)
Impostos, taxas e contribuições	(31)	(30)
Água, energia, telefone e internet	(117)	(47)
Despesas de informática	(119)	(160)
Viagens e estadias	(241)	(184)
Depreciação e amortização	(60)	(18)
Seguro garantia	(185)	(237)
Outras despesas	(320)	(212)
	<u>(2.343)</u>	<u>(2.037)</u>

23. Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	14	1
Juros e atualização sobre impostos a recuperar	30	-
Outras receitas	1	-
	<u>45</u>	<u>1</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamentos	(3.423)	(749)
Juros sobre fornecedores	(230)	(11)
Juros sobre tributos em atraso	(60)	(7)
Tarifas bancárias	(3)	(2)
Outras despesas financeiras	(4)	(1)
	<u>(3.720)</u>	<u>(770)</u>
Resultado financeiro	<u>(3.675)</u>	<u>(769)</u>

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo líquido do exercício	(13.341)	(3.211)
Média ponderada de ações em circulação	48.211.063	48.211.063
Resultado por ações - básico - R\$	<u>(0,2767)</u>	<u>(0,0666)</u>

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação – diluído conforme requerido pelo CPC – 41, em razão de não existir fatores de diluição.

25. Instrumentos financeiros

Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

25.5. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. Os instrumentos financeiros se aproximam do valor justo no encerramento do período do saldo contábil, motivo este de estarem demonstrados abaixo somente o saldo contábil:

		<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
<u>Categoria</u>		<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	7.585	7.585	35	35
Partes relacionadas	Custo amortizado	8.231	8.231	34.937	34.937
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	15.059	15.059	5.765	5.765
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	34.131	34.131	36.016	36.016

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Risco de mercado:

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que não existe risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa por não ter passivos vinculados as taxas de juros no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

(b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

(c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifaria.

26. Remuneração de diretores estatutários

Os diretores estatutários não receberam em 2023 nenhum valor a título de pró-labore pelos serviços prestados. Não há qualquer outro benefício concedido.

27. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, visando a avaliação adequada sobre o risco existente de perda de ativos ou de mercado.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Claudio Roberto de Leoni Ramos
Diretor Administrativo Financeiro

Isaac do Nascimento
Contador – CRCPR-043806/O-1

* * *